

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

PROJETO CONEXÃO LOCAL - 2017

RELATÓRIO FINAL

AFETIVIDADE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
ESTUDO DE CAMPO NO REFETTORIO GASTROMOTIVA

BEATRICE RABELO ROLIM
ISABELLA CRUVINEL SANTIAGO

São Paulo - SP

2017

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer, primeiramente, a Fundação Getúlio Vargas e todos os envolvidos com o Projeto Conexão Local, por concederem os recursos necessários para a pesquisa, permitindo que essa experiência fosse viável. Especialmente, queremos agradecer os professores Amon de Barros e André Luis Silva, por nos auxiliarem nos momentos de preparação para o campo e escrita do relatório, e as colaboradoras do GVPesquisa Daniela Mansour e Isolete Rogeski, pelo cuidado e suporte durante todo o processo. Agradecemos, também, nossa orientadora Laura Pansarella, pela atenção, escuta e orientação dedicada ao longo da pesquisa.

Aproveitamos para agradecer a assistente social Gisele Anselmo, do Refettorio Gastromotiva, e ao coralista Rico Branco, do Coral Uma Só Voz, por nos ensinarem o que é, de fato, realizar um trabalho com amor, e por abrirem portas que nos possibilitaram uma vivência muito mais profunda.

Nossa gratidão, também, aos funcionários do Refettorio Gastromotiva – Áquila, Cirlene, Denis, Diego, Jander, Luis Freire, Luiz Malta, Maria Clara, Natália e Taina – e às pesquisadoras Alba e Elisa, pela alegria, carinho e acolhimento durante nosso período no Rio de Janeiro.

Por fim, queremos agradecer todas as pessoas em situação de rua que conhecemos no caminho, foi um privilégio estar com vocês. Em especial, àquelas que compartilharam conosco suas histórias de vida: Alexandre, Breno, Daniel, Daniela, Erica, Elicarla, Elson, Julio Cesar, Leonardo, Paulo Cesar, Tone e Vera Lúcia.

Durante essa jornada de 21 dias, vocês nos ajudaram a acessar níveis mais profundos de escuta, perceber nossos preconceitos e nos despir de qualquer julgamento. Carregaremos conosco novos aprendizados, histórias de resistência e questionamentos constantes. Obrigada.

“Pergunta-se frequentemente: qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes. Os excluídos, como todos os homens, têm fome de dignidade.”

(Bader Burihan Sawaia)

RESUMO

Alunas participantes:

Beatrice Rabelo Rolim (graduanda em Administração Pública – FGV-EAESP)

Isabella Cruvinel Santiago (graduanda em Administração de Empresas – FGV-EAESP).

Supervisora: Laura Cristina Prates Pansarella

[INTRODUÇÃO] O objetivo central deste estudo de campo é investigar como as organizações do setor público e da sociedade civil incorporam (ou não) a dimensão afetiva em suas ações na região da Lapa, Rio de Janeiro. [METODOLOGIA] Foi feita uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, cujos objetos de pesquisa foram as pessoas em situação de rua, na região da Lapa, e as organizações do entorno que atuam com esse público. A investigação iniciou-se no Refettorio Gastromotiva, organização que abriu portas para o contato com uma série de atores do campo. Utilizamos o papel de pesquisador conversador (SPINK, 2008) e a observação participante (VALLADARES, 2007). Foram realizadas 15 entrevistas em profundidade com atores-chave e 11 entrevistas com pessoas em situação de rua, totalizando 17 horas e 38 minutos de gravações. [RESULTADOS] Como categorias de análise, os resultados foram divididos entre (1) negligência da afetividade e (2) incorporação da dimensão afetiva. No primeiro bloco, foi explorada a relação entre eventos de visibilidade internacional e políticas higienistas, a ação do Estado nas políticas públicas de Assistência Social e o sofrimento ético-político na perspectiva da pessoa em situação de rua. No segundo, foi analisada a importância da ação coletiva para a incorporação da dimensão afetiva na atuação das organizações, trazendo um enfoque específico para o Refettorio Gastromotiva. [CONCLUSÃO] Conclui-se que a incorporação da dimensão afetiva é necessária no processo de inclusão social e na tentativa de impedir a reprodução das desigualdades. Porém, ela só é possível a partir da ação coletiva intersetorial. Hoje, nota-se na região central do Rio de Janeiro, um movimento da sociedade civil para se articular em rede e agir coletivamente, mas ainda é necessário chamar a atenção de alguns órgãos públicos e do setor empresarial para a questão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Objetivo central	7
1.2 Justificativas da pesquisa	7
1.3 Organização do relatório	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	9
2.1 População em situação de rua no Brasil	9
2.2 População em situação de rua no Rio de Janeiro	13
2.3 Afetividade e sofrimento ético-político	15
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	20
4.1 Negligência da afetividade	20
4.1.1 Eventos de visibilidade internacional e políticas higienistas	20
4.1.2 A atuação do Estado nas Políticas públicas de Assistência Social	22
4.1.3 Sofrimento na perspectiva da pessoa em situação de rua	24
4.2 Incorporação da dimensão afetiva	27
4.2.1 Ação coletiva	27
4.2.2 Refettorio Gastromotiva	30
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	39

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a paisagem do Rio de Janeiro mudou drasticamente. Tornou-se hábito, para quem vive na região central, passar por pessoas dormindo em cima de um papelão e por famílias que recriam seus cômodos nas calçadas da capital. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, feito em 2016, estima-se que o número de pessoas que vivem nas ruas da cidade, hoje, se aproxima de 15 mil, concentradas principalmente no centro e na zona sul.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, população em situação de rua é definida como:

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.” (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008)

Para uma cidade com população total de quase 6,5 milhões de habitantes, o número de pessoas que estão em situação de rua no Rio de Janeiro pode parecer pequeno, mas a quantidade de vagas em abrigos indica quão preocupante é o cenário atual: existem apenas 2.155 vagas, distribuídas em 37 instituições.

Nossa pesquisa tem foco na região da Lapa, centro do Rio de Janeiro. A cidade possui peculiaridades e uma trajetória histórica que determinam algumas características da população em situação de rua. Os motivos que levam as pessoas às ruas são vários e dados nacionais e regionais que permitam acompanhar o crescimento real dessa população são praticamente inexistentes.

A questão da vulnerabilidade dessa população, porém, vai além do desemprego, da fome, do frio, do consumo de drogas e da falta de acesso à moradia. Além das necessidades consideradas básicas, as pessoas em situação de rua, como todos os seres humanos, necessitam de dignidade e visibilidade. É necessário, portanto, reconhecer que

ações voltadas para inclusão social, devem ser feitas coletivamente e incorporar aspectos que vão além do esforço pela sobrevivência biológica (Sawaia, 2009).

Partindo dessa necessidade, a pergunta que buscaremos responder ao longo da pesquisa é: *“Qual a relevância da incorporação da dimensão afetiva e da ação coletiva no processo de inclusão social das pessoas em situação de rua?”*

Para conhecer as realidades singulares das pessoas que estão em situação de rua, realizamos uma pesquisa em campo na região da Lapa, no Rio de Janeiro. Durante o período de 21 dias, procuramos entender quem são essas pessoas, como se sentem, e como as organizações do entorno (governo, empresas e sociedade civil) se articulam para diminuir o sofrimento social dessa população.

Destacamos o Refettorio Gastromotiva por ser uma das organizações que buscam garantir uma alimentação adequada para esse público reconhecendo também a dimensão afetiva como relevante para a inclusão social. Como lente teórica na leitura do fenômeno, elegemos o conceito de sofrimento ético-político, elaborado por Bader Burihan Sawaia (2009), socióloga e doutora em psicologia social pela PUC/SP.

1.1 Objetivo central

O objetivo central deste estudo de campo é *investigar como as organizações do setor público e da sociedade civil – dentre elas, o Refettorio Gastromotiva – incorporam (ou não) a dimensão afetiva em suas ações na região da Lapa, Rio de Janeiro.*

1.2 Justificativas da pesquisa

Acreditamos que a realização dessa pesquisa seja relevante, visto que a dimensão afetiva é fator de complexidade na problemática (Bellenzani, Malfitano, Marangoni, Serrata, 2005). Nessa linha, é proposta a discussão ainda pouco explorada sobre como as necessidades emocionais das pessoas em vulnerabilidade social são atendidas pelas organizações assistencialistas.

Além disso, a pesquisa surge para reforçar a necessidade da garantia dos direitos humanos universais¹, especialmente o Direito Humano à Alimentação Adequada²². Queremos evidenciar a situação alarmante do crescimento da população em situação de rua no Rio de Janeiro nesse momento e a relação disso com a situação econômica atual e as políticas higienistas vindas a partir de eventos recentes de grande visibilidade na região, demonstrando a necessidade da introdução da pauta na agenda pública.

1.3 Organização do relatório

Na próxima seção apresentamos o contexto sócio histórico da pesquisa e os conceitos principais que permitirão a análise e a reflexão acerca dos dados coletados. Na terceira seção, apresentamos os objetos de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa em campo. Na quarta seção, interpretamos os dados a partir da análise das entrevistas realizadas com os diferentes atores do campo, à luz do referencial teórico. Por último, trazemos nossas considerações finais acerca do que foi analisado.

¹ Segundo o artigo 25, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

² O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Apresentamos, ao longo dessa seção, o contexto sócio histórico da pesquisa e os conceitos principais que permitiram a análise qualitativa e a reflexão acerca dos dados coletados.

2.1 População em situação de rua no Brasil

Entre 2007 e 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, com 31.922 pessoas em 71 municípios. Constatou-se que 82% eram homens e 53% estavam em uma faixa etária entre 25 e 44 anos. A maioria (70,9%) possuía atividade remunerada - com destaque para atividades temporárias e informais, como catadores de materiais recicláveis, “flanelinhas”, serviços de construção civil, limpeza e carregamento. Identificou-se, também, que os indivíduos tinham uma renda semanal de 20 a 80 reais, e que somente 15,7% da população da população em situação de rua pedia dinheiro para sobreviver.

Os principais motivos elencados para uma pessoa parar na rua foram alcoolismo e drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Em questões familiares, constatou-se que 38,9% não mantinham contato com familiares, enquanto os outros tinham contato regular ou esporádico. Outra característica interessante para discutir pertencimento espacial da pessoa em situação de rua é que a grande maioria das pessoas eram oriundas de locais próximos de onde estão vivendo na rua.

No histórico de internação em instituição fornecido através da Pesquisa Nacional, os dados indicam que 28,1% dos entrevistados já ficaram em abrigo institucional, 27% em um hospital psiquiátrico, 17% na Fundação Casa, 16,7% em um Centro de recuperação de dependência química, 15% em casas de detenção e por fim, 12,2% em um orfanato. Em questão de onde as pessoas moravam, 69,6% dormiam na rua, 22,1% em albergue e 8,3% oscilavam entre rua e albergue.

É traçado um processo histórico sobre a população de rua no Brasil a partir do final da década de 80. A partir deste momento, o Brasil transita de foco em políticas assistencialistas para políticas de Assistência Social com a formulação da Constituição Federal em 1988. Nela, são definidos os direitos sociais e é decretado que todos são iguais

perante a lei. Assim, nos anos 90, começam algumas manifestações de maior destaque a respeito da população de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993. A partir daí, vários seminários, fóruns, movimentos, congressos e outros eventos foram organizados em prol da problemática.

Em 2001, ocorreu a Primeira Marcha do Povo de Rua e em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social³, atribuindo proteção social para pessoas em atendimento que se encontram nas ruas. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2013), no meio da década de 2000 foram firmadas várias parcerias com organizações não governamentais para o fortalecimento das pessoas em situação de rua a partir de um Movimento. A criação desta articulação entre setor público e movimentos sociais foi efeito das tragédias como a Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993, e sete mortes de pessoas em situação de rua por violência em 2004.

Com o fortalecimento dos movimentos e encontros nacionais, é formulada a Política Nacional para População em situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

No final de 2009, foi criado o Decreto número 7.053, um instrumento importante que rege a atuação da Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública. Em 2010, é criado formulário de cadastro para pessoas em situação de rua e uma cartilha que trata de inclusão dessas pessoas no cadastro único para os programas sociais do Governo Federal. Em 2012, foi feito investimento federal na cidade do Rio de Janeiro em unidades de atendimento e, em 2013, através dos Conselhos Nacionais de Assistência Social, foram reordenados os serviços de acolhimento Institucional e de acolhimento em República.

Outras normativas que regem a atuação do município seguem abaixo na tabela, adaptada do Ministério Público:

³ A Resolução Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004 (DOU 28/10/2004), resolve: No artigo 1º, aprovar, em reunião do Colegiado de 22 de setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a Política Nacional de Assistência Social. No Art. 2º, Aprovar, na reunião do Colegiado de 14 de outubro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros o texto final discutido e elaborado pelo grupo de trabalho– GT/PNAS constituído pela Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004, publicada no DOU, de 02 de julho de 2004. No Art. 3º, O texto da Política Nacional aprovado constituirá o Anexo I da presente Resolução.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS

A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. De acordo com a PNAS (2004), “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos”.

Lei nº 11.258/2005

Lei nº 11.258 de 2005, que inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

38 Artigo 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei. (...) § 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros: (...) II – às pessoas que vivem em situação de rua.

39 Artigo 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006

Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.

Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006	Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 – assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.
Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).
Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009	Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010	Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010.
Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010	Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010 - pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais. Destinou, pela primeira vez, recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro de Referência para População em Situação de Rua, em municípios com mais de 250.000 habitantes e Distrito Federal.

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2014

2.2 População em situação de rua no Rio de Janeiro

Apesar de todos esses avanços apresentados no item 2.1, de acordo com os relatórios de 2014 produzidos pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), houve grande violação dos direitos da população em situação de rua nos meses que antecederam os eventos da Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016), trazendo à tona a influência de eventos de grande visibilidade e sua relação com medidas higienistas. Dadas as peculiaridades da região, é preciso traçar o contexto sócio-histórico da pesquisa, com enfoque na questão da desigualdade da pobreza e como ela está referida ao espaço urbano.

A partir da definição de população em situação de rua feita na introdução, percebemos que é de vital importância compreender questões socioeconômicas e de desigualdade social, o que é reforçado por Cohn (2000), que afirma que a lógica de exclusão está relacionada às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas e aos efeitos destas no mercado de trabalho com o desemprego e o aumento do trabalho flexível. As diversas dimensões da pobreza vão além da medição em termos de renda e envolvem fatores como o processo de urbanização e o ritmo da atividade econômica do Rio de Janeiro.

Segundo Rocha (1998), a tendência evolutiva de pobreza do Rio de Janeiro parte do pressuposto de que existe uma associação entre como se chega à pobreza ou permanece nela com as condições de absorção ao trabalho, que são fortemente influenciadas pelo estado econômico da cidade. Além disso, entende-se que a população fora do mercado de trabalho não é necessariamente inapta ao trabalho, mas não está abarcada pela capacidade de absorção da economia, afetando diretamente nas características socioeconômicas daqueles que estão em situação de rua.

Na trajetória histórica do Rio de Janeiro, percebemos que na década de 70 houve um grande movimento de crescimento econômico que diminuiu a pobreza em termos absolutos na cidade. Porém, isso não significa que as distâncias sociais diminuíram. Tal diminuição em termos absolutos se deu ao momento econômico vivido na época trazido pelo Plano Real e os efeitos redistributivos da estabilização econômica. Mesmo assim, de acordo com a PNAD, 20% da população do Rio de Janeiro se encontravam na linha da pobreza.

A partir dos anos 80 houve grande estagnação econômica e a crise fiscal no Estado que deixou resquícios. Atualmente, a cidade se encontra em risco econômico novamente. De forma diversa, existe uma combinação entre os indivíduos que estão em situação de rua no momento com as variações da esfera econômica que ocorreram nas décadas de 80 e 90.

Além disso, Valladares e Preteceille (2002) fazem uma análise de como a urbanização da cidade, a formalização de serviços públicos (que significa em uma nova rotina de gastos com impostos e taxas que tem grande impacto na economia domiciliar de baixa renda) e a melhoria de oferta de equipamentos urbanos diminuiu a capacidade das pessoas de arcar com os custos de viver nas áreas tradicionalmente habitadas por populações pobres, traçando mais um fator sócio histórico para o aumento da população em situação de rua na cidade e a ocupação de áreas não concentradas, como a Zona Oeste. Nota-se, então, como a precariedade e instabilidade não se encontram concentradas nos morros como o senso comum diz e, na verdade, estão dispersas por bairros populares e áreas de recente ocupação. Novamente, é reforçada a dificuldade de mapear como a pessoa em situação de rua participa desses indicadores por não ter uma característica espacial em seu elemento de pobreza.

A extensão da desigualdade entre os pobres é nebulosa com os poucos dados censitários e históricos disponíveis, fazendo aqueles que não tem abrigo, seja temporariamente ou permanentemente, serem ainda mais invisíveis pela pouca diversidade de metodologias e pesquisas. As estatísticas oficiais do censo nacional informam muito pouco sobre a população de rua, já que as bases de dados se valem normalmente de estudos com residências físicas. A questão de não identificação de um território espacial também prejudica o serviço público para essa população, pois políticas públicas muitas vezes andam em conjunto com a sua localidade, segundo Valladares, já que isso facilita o reconhecimento de um indivíduo ou grupo, particularidades da região e questões logísticas.

Todos esses fatores fazem com que a população de rua e a sua forma de sustento, denominada por Dario Silva (2007) como economia de miséria sejam pouco esquematizadas. De acordo com o autor, a economia da miséria é a “*organização e manipulação de recursos, entre eles a experiência no campo do trabalho pelos que vivem nas ruas*”. Nessa economia, são desenhadas redes de apoio que não estão inseridas nas

redes de trabalho da economia ‘tradicional’, constituídas pelo trabalho informal, assistência do Estado, institucionalização e apoio de organizações da sociedade civil. São formadas novas maneiras de sustento subsistente, baseadas normalmente em dependência dos serviços assistencialistas e trabalhos informais como reciclagem. Deste modo, denominam-se “*desempregados, porém com ocupação*” (Silva, 2007). Nessas redes, novas famílias e identidades se formam, permitindo agrupamentos numerosos, fonte de recursos afetivos.

Nota-se que a exclusão das pessoas em situação de rua está diretamente associada à exclusão do espaço urbano e seus espaços sociais e afetivos, em que o indivíduo vira duplamente excluído: marginalizado das relações sociais e do território urbano.

2.3 Afetividade e sofrimento ético-político

Ao longo do processo de pesquisa, percebemos que uma análise científica clássica, que não aceita a subjetividade como objeto de estudo, seria impossível de ser feita. Durante os 21 dias de imersão no campo conhecemos pessoas e organizações que nos afastaram da ideia de que não é necessário olhar atentamente para as emoções quando as pessoas estão em estado de miséria. Nos deparamos, então, com o trabalho da professora Bader Burihan Sawaia, que reflete a exclusão social a partir da afetividade, e entende que, mais do que a objetividade dos fatos, a dinâmica da vida humana é o mais importante no estudo das emoções (2009, p.369). Por esse motivo, o escolhemos como referencial teórico para o presente trabalho.

Para a pesquisadora, a desigualdade social é uma ameaça permanente à existência, aquilo que cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação (2009, p.369). Portanto, antes de tudo, para falar em desigualdade social e população em situação de rua, torna-se necessário recuperar conceitos como afetividade, sofrimento e liberdade, normalmente descartados pelas ciências na análise clássica das questões sociais. Ou seja, é necessário resgatar a subjetividade do indivíduo.

A afetividade, segundo a autora, normalmente é olhada no sentido pejorativo, como “conceito desestabilizador da análise psicossocial da exclusão”. Porém, quando olhada positivamente, “a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre

desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza” (2017, p.98).

Dentro do que é proposto na análise de Sawaia (2017, p.98), afetividade é entendida como “a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como (1) sentimento - reações moderadas de prazer e desprazer, que não se refere a objetos específicos - e (2) emoção - fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta”. Além disso, a autora traz o conceito de sofrimento e o qualifica como ético-político, carregando uma perspectiva epistemológica (estudo da natureza) e ontológica (estudo do ser) ao mesmo tempo.

Para elaborar tais conceitos, a autora se baseia nas obras de Espinosa, Vigotsky e Heller, autores que também concebem a emoção de maneira positiva, como um fenômeno intrínseco à condição humana. Ela traz a diferenciação, feita por Heller, entre dor e sofrimento, trazendo o conceito de dor como algo próprio da vida humana, algo que emana do indivíduo. Enquanto isso, ela conceitua sofrimento como a dor que é mediada pelas injustiças sociais, experimentada como dor apenas por quem vive a situação de exclusão.

No contexto dessa pesquisa, o sofrimento pode ser visto não só como fruto da falta de moradia, mas também como resultado do controle da liberdade e da capacidade que as pessoas em situação de rua têm de agir e fazer suas próprias escolhas. Ou seja, sofrimento não é algo que nasce do indivíduo, mas que é construído e mantido socialmente. Além disso, há infinitas questões interligadas a essa situação (religiosas, políticas, culturais, de saúde física e mental...) que a tornam de fato complexa.

O núcleo de pesquisa da professora Sawaia conceitua—o sofrimento como fenômeno “ético-político”, pois “a relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam compõe um processo psicológico-político poderoso à reprodução da desigualdade” (2009, p.370). Ao classificá-lo como ético-político, conseguimos diferenciá-lo do sofrimento ontológico a que todos nós estamos sujeitos.

“É o sofrimento, por exemplo, do homem em situação de pobreza que, amedrontado, fraco e muitas vezes deslumbrado com a vida de luxo, vive a ilusão de liberdade e espera recompensas, ou mesmo remete a

possibilidade de felicidade e liberdade sempre ao futuro [...]”
(SAWAIA, 2009, p.370)

Ao investigarmos as organizações e pessoas que tivemos a oportunidade de conhecer ao longo desse processo, queremos trazer à tona a ideia de que viver e sobreviver são coisas diferentes e de que as emoções e a busca por felicidade e liberdade são comuns a todos os seres humanos, independente de sua condição social.

Por isso, é necessário analisar as vivências singulares e os modos de ação das organizações do entorno para entender o impacto desse sofrimento e violência estruturais no cotidiano de quem vive nas ruas da Lapa, no Rio de Janeiro.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O presente trabalho é uma pesquisa de campo (Vergara, 2010) de natureza qualitativa. Os objetos de pesquisa foram as pessoas em situação de rua, na Lapa, e as organizações que com elas interagem. A coleta de dados foi realizada ao longo de 21 dias por meio de observações participantes (Valladares, 2007), seguidas de gravação de relatos diários em vídeo. Além disso, realizamos 15 entrevistas em profundidade com atores-chave e 11 entrevistas com pessoas em situação de rua, totalizando 17 horas e 38 minutos de gravações.

Como ponto de partida, iniciamos nossa investigação em campo no Refettorio Gastromotiva, OSCIP que tem por objetivo promover a inclusão a partir do movimento da gastronomia social. Fomos recebidas no Rio de Janeiro pela Gisele Anselmo, Doutora em Serviço Social e Articuladora Social do Refettorio Gastromotiva, que nos abriu portas para o contato com uma série de atores do campo. Durante o período no local, tivemos a oportunidade de observar e participar das atividades do Refettorio e das organizações parceiras, cujo público-alvo principal são pessoas em situação de rua.

Durante a primeira semana, nosso foco foi no mapeamento dos grupos sociais, organizações do entorno e *stakeholders*, buscando compreender quem são e como se articulam, a partir da observação participante. Usamos o papel de pesquisador conversador (Spink, 2008) para nos ambientar no lugar e explorar as conversas que tivemos. Partindo da proposta de que o cotidiano é tudo que temos, tentamos simplesmente fazer parte dele com conversas informais. Apesar de realizarmos entrevistas semi-estruturadas, muito da nossa metodologia se pautou por conversas espontâneas em encontros situados no cotidiano.

Na segunda semana, realizamos entrevistas em profundidade com representantes de algumas organizações mapeadas e trabalhamos como voluntárias no Refettorio Gastromotiva. Fomos recebidas pela defensora pública Carla Beatriz Maia, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, pela assistente social Evelyn Parente, coordenadora do Centro POP, pelos funcionários e gestores do Refettorio Gastromotiva, e por representantes de alguns projetos sociais (Coral Uma Só Voz, Projeto Voar, Yoga de Rua e Casa Nem) e organizações religiosas (Igreja Farol da Lapa e Aliança de Misericórdia).

Por fim, na última semana, nos aproximamos dos ensaios do Coral Uma Só Voz e realizamos entrevistas em profundidade com 11 pessoas em situação de rua, buscando conhecer suas trajetórias particulares de vida e a “dinâmica da rua”. Seguimos um roteiro base, que foi adaptado em cada entrevista a fim de explorar tópicos trazidos pelos próprios entrevistados.

Na tabela abaixo, está o cronograma de trabalho. Os resultados obtidos ao longo deste processo são apresentados na próxima seção.

SEMANA 1					
SEG 03/jul	TER 04/jul	QUA 05/jul	QUI 06/jul	SEX 07/jul	SAB 08/jul
Conversas e observação: Projeto Voar (Aterro do Flamengo) + Reffetorio Gastromotiva	Conversas e observação: Reffetorio Gastromotiva, Projeto Voar e Igreja Farol da Lapa Desk research e mapeamento do campo	Trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva e Projeto Voar (Praça São Salvador) Entrevistas: Reffetorio Gastromotiva	Conversas e observação: I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População em Situação de Rua Voluntariado: Reffetorio Gastromotiva	Conversas e observação: I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População em Situação de Rua Entrevista: Casa Nem	Conversas e observação: ação social na Cinelândia
SEMANA 2					
SEG 10/jul	TER 11/jul	QUA 12/jul	QUI 13/jul	SEX 14/jul	SAB 15/jul
Entrevista: NUDEDH Defensoria Pública do Estado Trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva	Entrevista: Centro POP Trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva	Conversas e observação: Unidade de Reinserção Social Entrevista: Coral Uma Só Voz e Aliança de Misericórdia	Conversas e observação: ensaio Coral Uma Só Voz Entrevista: assistente social	Entrevistas e trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva	-
SEMANA 3					
SEG 17/jul	TER 18/jul	QUA 19/jul	QUI 20/jul	SEX 21/jul	SAB 22/jul
Trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva	Conversas e observação: Coral Uma Só Voz Entrevistas: população em situação de rua Trabalho voluntário: Reffetorio Gastromotiva	Entrevistas: população em situação de rua	Conversas e observação: Coral Uma Só Voz Entrevistas: população em situação de rua	Entrevistas: população em situação de rua	-

Fonte: Elaboração própria

4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A fim de investigar como as ações do poder público e da sociedade civil incorporam a dimensão afetiva e responder nossa pergunta de pesquisa, analisamos o conteúdo das entrevistas realizadas e interpretamos os dados à luz do referencial teórico.

Como categorias de análise, dividimos os resultados entre (1) negligência da afetividade e (2) incorporação da dimensão afetiva. No primeiro bloco, exploramos a relação entre eventos de visibilidade internacional e políticas higienistas, a ação do Estado nas políticas públicas de Assistência Social e o sofrimento ético-político na perspectiva da pessoa em situação de rua. No segundo, analisamos a importância da ação coletiva para a incorporação da dimensão afetiva na atuação das organizações, trazendo um enfoque específico para o Refettorio Gastromotiva.

4.1 Negligência da afetividade

4.1.1 Eventos de visibilidade internacional e políticas higienistas

De acordo com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, denúncias de constrangimentos e violência contra pessoas em situação de rua na região do centro cresceram 60% nos meses de março a julho, ações que são consequências da proximidade das Olimpíadas. Integrante de um grupo de defensores da União e das comissões de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da Câmara Municipal, a defensora pública Carla Beatriz Nunes Maia foi entrevistada e diz que os principais direitos humanos violados são a integridade física.

"Os agentes públicos nessas ações truculentas retiram documentos, retiram, às vezes, medicamentos. Nós temos um índice altíssimo de tuberculose na população de rua e eles muitas vezes estão portando seus medicamentos e esses remédios são retirados. Às vezes retiram o papelão, sua mochila com a muda de roupas." (Carla Beatriz Maia, Defensora Pública)

Como prática higienista, as pessoas foram retiradas compulsoriamente das ruas e levadas a abrigos distantes. As ações ficaram conhecidas como “Caça-Tralha”, em que caminhões acompanhados de funcionários dos órgãos citados acordavam e recolhiam com cutucões. De acordo com o relato colhido de Silvia, nas ruas desde os treze anos, o pronome de tratamento era “vagabunda”. Ela diz que por mais que tais ações não ocorram mais, ela não se sente segura com outros órgãos a não ser a Defensoria Pública do Estado, que atuou como defensor dos direitos da população, criando até o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos. Por isso, um dos lugares considerados seguros para dormir no centro é sob a marquise do prédio da Defensoria.

A Copa do Mundo teve fenômeno higienista parecido, com números divulgados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) mostrando que a Prefeitura carioca retirou compulsoriamente 669 pessoas das ruas e levou-os para o Abrigo Rio Acolhedor entre os dias 20 de Maio e 2 de Junho. O local foi alvo de denúncias de superlotação e má higiene, e havia recebido uma liminar judicial proibindo a recepção de novos abrigados.

Os dois eventos parecem mostrar uma correlação entre eventos de grande visibilidade internacional para a cidade e o “desaparecimento” de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A partir da medida, foram criadas operações “Choque de Ordem”, cruzando dados de grandes eventos com processos de higienização como ocorreram não só nas Olimpíadas, mas também na Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

Tal fenômeno é explicado por Sonia Silva (2013), sob visão Foucaultiana. A autora analisa que ação violenta e higienista do Estado antes do evento origina da noção de Foucault (2010) de que é “aceitável eliminar a vida de alguém para defender a vida de outros”. Ou seja, a rejeição e a expulsão do Choque de Ordem do Governo Municipal parece existir porque as pessoas em situação de rua param de ser vistas como seres humanos assegurados dos seus direitos universais e começam a ser vistos como “degenerados” de Foucault: “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.” É esquecido que é dever do Estado a garantia de vida das

peessoas em vulnerabilidade social no contexto de jogos Olímpicos, elas são tratadas como supérfluas e como fardos para sociedade.

Segundo Silva (2013), a população vive em um estado de exceção da lei, em que os benefícios anunciados com os jogos no Brasil esvaziam-se de sentido. A autora diz que quem se encontra na rua é desprovido do direito de manifestação durante o período de celebração, pois eles não tem direito de desfrute. No Jornal online "A Nova Democracia - número 71" há um depoimento de uma moradora de rua sobre o "Choque de Ordem" que retrata os modos utilizados pelo governo ao se dirigir a quem vive nas ruas:

"O choque de ordem chega com aqueles homens de luva de borracha. Eles já vêm para dar porrada. São uns trogloditas e tratam a gente como animais. Na frente da reportagem, eles são uns santos. Quem assiste na TV, nos jornais e vê aqueles homens conversando com o pessoal, como se estivessem tentando nos convencer a ir para o abrigo, até pensa que é daquele jeito que acontece. Para a prefeitura, nós somos lixo e os abrigos são os lixões. A rua é um lugar sinistro de se morar. Já vi gente morrendo espancada, queimada. Eu mesma já tomei facada de outro morador de rua, já apanhei muito, inclusive dos homens da prefeitura. Eles batem na gente para nos obrigar a entrar no ônibus da prefeitura. Se a gente mesmo assim não quiser entrar, eles batem dentro do ônibus no caminho para o abrigo também. Tomam as crianças das mães, não levam para um abrigo onde a mãe possa ficar junto com o filho, não oferecem nada para nós. Eles perguntam por que nós não ficamos morando nos abrigos. Como? Com as condições do abrigo, onde a gente está sujeito a pegar tudo quanto é tipo de doença? Qualquer um prefere morar na rua." (Andreia Pereira dos Santos, em situação de rua).⁻

4.1.2 A atuação do Estado nas políticas públicas de Assistência Social

A partir da análise da atuação do Estado nos eventos de visibilidade, podemos entender como os órgãos públicos do Rio de Janeiro enfrentaram a problemática nos últimos anos, como mostra Pelbart (2003): "[...] O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas." Por exemplo, na questão de moradia, a

oferta de abrigo entra na lista de ações das políticas públicas e a preferência por não usá-los muitas vezes passa a ser entendida como complicação da população e não a hipótese de que, por ser uma política “*top-down*”⁴, não atende as demandas de seus beneficiários.

Dentre os relatos colhidos ao longo da pesquisa, Elson, de 62 anos, que está nas ruas desde 2012, afirma que prefere ficar na rua do que nos abrigos, porque, segundo ele, a rua é mais segura. Além disso, os horários restritos de entrada e saída do abrigo pareceram desagradar quase todos os beneficiários, por motivos diversos.

“Nos abrigos, na favela, você dorme do lado de bandido, na rua pelo menos não será roubado. [...] É muito difícil acordar muito cedo com a minha idade e ver meninos mais jovens abusando de seu espaço.”
(Elson, entrevistado em situação de rua)

Para Breno, entrevistado de 31 anos, que está na rua desde que saiu da prisão, fazia-o lembrar de traumas que viveu em seu tempo de presídio, sendo hoje a liberdade sua primeira prioridade.

“Abrigo é horrível, muito feio, muito sujo e cheio de percevejos nas sua cama. Eles têm tamanho de carrapato e te mordem. A mordida dói demais e você acorda cheio de calombada. Muita gente sai por causa disso. Lá tem cheiro de cadeia, é ruim. Mas o banheiro era pior que o da cadeia, fica uma poça de merda e as pessoas ficam pisando. Sem tirar o fato que te roubam né! Você dorme de tênis e acorda sem.” (Breno, entrevistado em situação de rua)

O presidente do Movimento Nacional de População de rua, Anderson Lopes Miranda, enxerga esse modo de fazer política pública não adequado e não articulado com seu beneficiário, sendo assim um dos movimentos do Estado para a eliminação daquilo que atrapalha: a população que “enfeia” as ruas. Ele diz que “*infelizmente é uma população invisível para a Justiça, para as políticas de segurança e para os gestores das cidades.*” O discurso de viver com qualidade e da ordem pública assegurar direitos dessa

⁴ O modelo Top Down parte como ponto de partida a asserção que a elaboração e implementação de uma política pública se inicia com decisões do governo central, com os objetivos determinados pelas lideranças políticas e assim mobiliza-se os diferentes níveis de burocracia.

população é relativamente novo na cidade do Rio de Janeiro, movimento puxado pela Defensoria Pública. A lei complementar 80, que rege a instituição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevê que a instituição tenha como prioridade a promoção dos direitos humanos.

A defensoria também é mencionada como uma instituição necessária ao fortalecimento da democracia, com Piana (2009) entendendo democracia social no sentido de reduzir desigualdades sociais. A defensora pública Carla Beatriz enxerga que um passo do poder público que avançou a garantia dos direitos da população de rua foi a instalação de um posto de identificação civil pela Defensoria. Sendo o único no país, tira diversas pessoas da rua por ampliar o acesso à documentação. Segundo ela, a defensoria também busca aproximação com as bases, como o Movimento Nacional de População de Rua. Ela ainda afirma que com esse trabalho, ganharam a confiança deles e alcançaram um resultado que ninguém poderia prever. A coordenação do programa Segurança Presente se aproximou da defensoria, pediu capacitação para os seus agentes e seus assistentes sociais. Outra ação importante da Defensoria foi a Ronda de Direitos Humanos, que de acordo com ela, foi um divisor de águas:

“A ronda previne atos de truculência e também empodera pessoas que estão em situação de rua. Às vezes a gente distribui cartão. Outro dia um morador de rua lá do leme falou pra mim: “Nossa, às vezes eu mostro o cartão da senhora e eles me deixam em paz”. Então, para eles, é uma garantia, né, uma referência.” (Carla Beatriz Maia, Defensora Pública)

4.1.3 Sofrimento na perspectiva da pessoa em situação de rua

Como dito anteriormente, um dos objetivos da pesquisa é investigar como as ações do poder público e da sociedade civil incorporam (ou não) a dimensão afetiva em suas ações. Ao falar de afeto, porém, não estamos falando necessariamente de carinho - afetividade no senso comum. Estamos falando da afetividade conceituada por Sawaia (2017), que *“impregna a existência do ser humano”* e se apresenta como sentimento e emoção. Nesse sentido, afeto está ligado ao verbo afetar, àquilo que move o indivíduo, que o afeta negativa ou positivamente.

A partir da análise das políticas higienistas e da atuação do Estado no que tange às políticas públicas de assistência social, percebe-se que a dimensão fundamental do afeto é deixada em segundo plano. Ainda que seja notória a tentativa de atuação coletiva das organizações da sociedade civil e do poder público no centro do Rio de Janeiro, podemos perceber, da perspectiva das pessoas em situação de rua, que a “dinâmica da rua” e o controle das emoções - mais do que a falta de moradia - é o que gera o sofrimento social classificado como ético-político. Sawaia (2009) reforça a necessidade de estudar as vivências singulares de quem está em situação de rua ao dizer que “*o mais importante no estudo das emoções não é a objetividade dos fatos, mas a dinâmica da vida humana*”.

Daniel, um de nossos entrevistados, nos diz que “*a primeira coisa que a rua faz é matar seus sentimentos*”. Na tentativa de explicar como funciona a dinâmica da vida na rua, ele faz uma analogia à política romana, onde líderes são instituídos, mensagens fluem entre grupos, a cobrança é severa e as pessoas são divididas em grupos com a finalidade de sobrevivência. Dentro disso, ele nos explica que a maneira que encontrou para se defender foi se isolar e reprimir suas emoções:

“A primeira coisa que a rua faz é matar seus sentimentos. Você morre sentimentalmente, principalmente quando não perguntam e não querem saber de você. Depois de um tempo você não tem mais lágrimas. [...] Eu estou uma pessoa emocionalmente morta por dentro. Hoje saudade de filho não dói, lembranças não são ativadas, eu estudo quase seis horas por dia, quando posso vou a praças me exercitar. Eu não consigo entender mais esse vínculo afetivo: abraço, sorriso... Pra mim tudo é uma questão de ordem e disciplina, e a história segue seu curso. [...] Eu eliminei os contatos com os meus filhos. Dói menos. É melhor queimar de vez do que ir se apagando aos poucos.” (Daniel, entrevistado em situação de rua)

Ao longo da pesquisa, notamos que outro fator extremamente relevante dentro da dimensão afetiva é a questão de gênero. Entrevistando as poucas mulheres que encontramos em vivência de rua, podemos notar como o gênero, a raça e a orientação sexual das entrevistadas acentua a desigualdade social e impõe novas formas de humilhação e insegurança, como visto na fala a seguir:

“Eu até me esforço, cara, eu sou macho. Eu faço que sou cabra macho, mas não funciona. Eu sou mulher. Imagina, você estar menstruada e não ter um banheiro para trocar o seu absorvente. Você quer fazer um xixi, arrisca fazer atrás de um carro e passa um idiota, faz piadinhas, você tem que ficar escutando coisas, entende? Sem contar a segurança, né. A insegurança que você tá sendo exposta. Uma mulher ali tá sujeita a muitas coisas, você não conhece ninguém. Mesmo o cara que tá aqui do lado, meu amigo, pode ser um estuprador. [...] Então, cara, tá na rua não é bom pra ninguém, para a mulher se torna mais difícil. Eu, Verinha, baixinha, negra, lésbica, marrenta. É bem complicado. Tem que vencer várias batalhas por dia senão a gente não sobrevive.” (Vera Lúcia, entrevistada em situação de rua)

Além disso, a violência de gênero toma outra proporção quando a mulher se encontra em situação de rua, além de ser o motivo que leva algumas a tal condição. Elicarla, uma de nossas entrevistadas, por exemplo, saiu de casa e foi para o convento pois foi estuprada aos 15 anos pelo amigo de seu pai. Aos 35 anos, foi para o Rio de Janeiro buscando se afastar da família e foi rejeitada pelo convento, passando a estar em situação de rua.

Segundo relatos das assistentes sociais entrevistadas, vemos poucas mulheres na rua pois “*elas não sobrevivem*”. Os casos de estupro e violência sexual são frequentes e os vínculos afetivos tornam-se escudos para elas se protegerem nas ruas. Uma das assistentes sociais entrevistadas, disse ter presenciado relato uma mulher que, ao ser questionada porque estava com seu parceiro respondeu: “*eu estou com ele pois prefiro ser estuprada por um homem só*”. Esse tema mantém-se presente nas entrevistas. Daniela, uma das entrevistadas, nos explica como é ser mulher e sentir na pele as violências de gênero de forma potencializada:

“Você tá sujeita a todos os tipos de situações né. [...] Cantadas, violência sexual também. Eu mesma, vestida, passei por isso na rua. Não tava aparecendo quase nada do corpo e o cara me abordou, de madrugada, me chamando pra fazer sexo com ele e eu fui obrigada a chamar as outras pessoas que estavam dormindo porque ele insistia. Eles acham

que a mulher por estar ali na rua ela é puta, né. Tem alguns que em essa visão. É puta, viciada, problemática. Não quer saber o que levou a mulher a estar na rua. É só denegrir a imagem dela. É perigoso. Muito perigoso.” (Daniela, entrevistada em situação de rua)

Por fim, é importante citar que o único fator comum a todas as histórias que ouvimos foi a fragilidade nos vínculos familiares, que normalmente carregam consigo as lembranças afetivas mais fortes. Nesse sentido, vimos surgir ações (individuais, não orientadas por alguma regra) de assistência social e organizações da sociedade civil que buscavam atuar coletivamente de forma a incorporar a dimensão afetiva em suas ações.

4.2 Incorporação da dimensão afetiva

4.2.1 Ação coletiva

Os relatos coletados mostram que as humilhações por parte de poderes governamentais cresceram e se acumularam durante os anos. O empresariado parece não ter tomado a questão como pauta e, por causa do descaso do Estado, observou-se que as organizações da sociedade civil tomaram espaço e se destacaram na cidade nos últimos anos, atuando principalmente em relação a ações assistencialistas em alimentação e em higiene pessoal.

Isso pode ser consequência de uma transferência de responsabilidades do Estado, que antes eram tuteladas exclusivamente por ele. As organizações oferecem à sociedade civil a possibilidade de reorganização social em conjunto com o aparato estatal, mas se percebe no Centro do Rio de Janeiro, que as organizações da sociedade civil não *têm* o aparato estatal, que se encontra em estado de decadência. Elas parecem ser as únicas agentes nas questões de necessidades básicas, oferecendo quase todos os serviços e produtos. Por exemplo, nos relatos dados, a não ser por alimentação em abrigos, o direito era fornecido quase por inteiro por organizações da sociedade civil.

No contexto de crise do Estado, que leva a incapacidade deste em conduzir um processo de desenvolvimento social, Oliveira (1999) entende que o Estado deixa de ser a forma de um certo modo de dominação social. Apesar disso, observa-se que as organizações de sociedade civil não têm poder de articulação e de escala o suficiente para

fazer o que a atuação estatal se compromete, focando então em questões de caráter assistencialista.

“O assistencialismo não vai prejudicar ninguém quando você está matando a fome e a sede. Se ele está na rua, ele está doido para sair- alguns né, mas aqueles que não querem não vai ser o assistencialismo que causa isso. O assistencialismo é uma forma de chamar a atenção, tem muito projeto que ajuda.” (Voluntária anônima, entrevistada em ação da defensoria pública na Cinelândia)

Apesar da ajuda assistencialista de fornecimento de alimentos e produtos básicos ser bem-vinda, existe a noção que tal assistencialismo pode “revitimizar” a pessoa e reforçar que ela não tem meios de prover sua autonomia, como visto nos relatos da Defensora Pública Carla Beatriz. Porém, ela lembra que no Artigo III da Constituição Federal de 1988, existe o princípio de uma sociedade livre, justa e solidária e que nenhum ato de solidariedade pode ser reprimido:

“[...] no momento que eu, voluntária, mato a fome de uma pessoa em situação de rua, muitas vezes estou impedindo com esse meu ato que essa pessoa, num momento de desespero, cometa algum tipo de conduta ilícita e acabe lesando, de verdade, não só com sua presença, uma pessoa domiciliada. (Carla Beatriz Maia, Defensora Pública)”

Outra questão a ser analisada é que a reorganização de papéis de gestão pública reforça os instrumentos de responsabilização de administração pública segundo Diniz (2001). Carla Beatriz reforça esse argumento dizendo que o voluntariado toma consciência do seu papel social, trazendo diferentes pessoas para o contexto da rede e as ensinando a se organizar e pressionar o poder público. Além disso, diversificou-se os espaços para a inclusão de diferentes atores e isso pode ser percebido pela atuação em rede da ação coletiva.

As organizações que trabalham com população de rua no Centro do Rio de Janeiro se articulam entre si e, segundo o relato da maioria, essa é chave do sucesso de seus trabalhos. Segundo Gisele Anselmo, articuladora social do Refettorio Gastromotiva,

trabalhar em rede reforça o trabalho que está sendo construindo e torna a aproximação com a população de rua mais fácil.

Segundo Gonçalves e Guará (2010), a rede permite uma ação coletiva com propósito de um bem comum:

“ [...] longe do caminho fácil das vias únicas, a articulação permite variados atalhos e favorece contatos em muitas direções. O movimento em direção ao outro pode trazer boas surpresas quando se descobrem recursos e apoios possíveis tão próximos e tão ignorados quando atuamos individualmente. Não há exclusividade de caminhos, pois organizações e grupos podem compor-se de vários grupos diferentes entre si se, comprometer sua atuação em cada um deles (Gonçalves e Guará, 2010, p.12).

Carla Beatriz afirma que, ao falar em direitos humanos, é necessária uma abordagem intersetorial, com diferentes demandas - de saúde, afetivas, questões jurídicas, educação, trabalho, insegurança alimentar, entre outras. Por isso, só se constrói um trabalho se feito em rede.

“Como nós ainda não temos o comitê intersetorial, previsto no decreto 7053, nós aprendemos a ir articulando com essa rede. Hoje cresceu tanto o trabalho, ele é tão profícuo e tão conhecido, sem protagonismo e cada um sabendo que, no seu quadrado, contribui. [...] Sempre que alguém vem falar “o trabalho da defensoria tá muito bom”, eu gosto de deixar claro: o trabalho da defensoria tem sido bom na medida que a defensoria aprendeu a trabalhar em rede. Nós temos parceria para terapia, para empregabilidade, para muitas coisas que nós não teríamos condições de ofertar.” (Carla Beatriz Maia, Defensora Pública)

Percebe-se, então, que para incorporar as dimensões afetivas nas ações sociais é necessária a ação coletiva intersetorial, de maneira que cada um possa cumprir seu papel no âmbito micro – oferecendo o devido cuidado com as emoções – e, ao mesmo tempo, reforçar o trabalho do coletivo no macro – escalando o impacto. Traremos como estudo

de campo, o Refettorio Gastromotiva, que trabalha articulando uma rede de organizações públicas e da sociedade civil que atuam com população em situação de rua.

4.2.2 Refettorio Gastromotiva

4.2.2.1 Origem e características gerais da organização

A Gastromotiva é uma OSCIP que surgiu em São Paulo, em 2006, com o objetivo de promover educação, empregabilidade e inclusão a partir do movimento da gastronomia social. A primeira iniciativa da organização foi o Curso de Capacitação em Cozinha, que atende jovens de 18 a 35 anos, com renda familiar de até 3 salários mínimos.

O curso oferece uma formação centrada não só na capacitação profissional, mas também na transformação dos hábitos alimentares das alunas e alunos, a partir de disciplinas que trabalham temas como cidadania e aproveitamento integral dos alimentos. Hoje, o curso está presente em várias cidades no Brasil e no mundo, e o trabalho é feito em rede, contando com o apoio de universidades – que oferecem o espaço físico para os cursos – e restaurantes parceiros – que garantem um alto índice de empregabilidade após o término do curso.

Ao longo dos seus 11 anos de existência, a Gastromotiva diversificou sua atuação, criando outros projetos que não só contribuem para a formação das pessoas, mas que também trabalham outros problemas que tangem a alimentação. Dentre esses projetos, um dos principais, hoje, é o Refettorio Gastromotiva, espaço inaugurado em 9 de agosto de 2016, no Rio de Janeiro, durante os jogos olímpicos, com a intenção de contribuir na luta contra o desperdício de alimentos e, ao mesmo tempo, oferecer “comida, cultura e dignidade” para a população em vulnerabilidade social na região da Lapa.

Em 2016, a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou um levantamento que indica que pelo menos 800 milhões de pessoas passam fome no mundo. Junto a isso, dados de 2013, lançados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), indicam que cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é desperdiçada todos os anos, e que o Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam alimentos em todo o mundo.

Tendo isso em vista, David Hertz (fundador da Gastromotiva), junto ao chef italiano Massimo Bottura (fundador da Food for Soul) e a jornalista Alexandra Forbes, funda o Refettorio Gastromotiva. O projeto foi inspirado em outro semelhante, chamado Refettorio Ambrosiano, concebido na Itália, por Bottura, que permitiu que dezenas de chefs internacionais preparassem refeições para pessoas desabrigadas durante a Expo Milão em 2015.

O espaço, cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro por 10 anos, foi projetado com apoio de parceiros e artistas reconhecidos internacionalmente. O projeto arquitetônico foi feito por Gustavo Cedroni, a cenografia e o mobiliário projetados pelos irmãos Campana e Maneco Quinderé e a curadoria artística por Vik Muniz. A cozinha é aberta para o salão onde os convidados se alimentam e também para uma arquibancada que tem usos diversos (cursos, jantares e reuniões).

O Refettorio Gastromotiva orienta sua estratégia de impacto socioambiental a partir de quatro pilares. O primeiro é o pilar de alimento e dignidade, a partir do preparo de refeições saudáveis de segunda à sexta para os convidados (a população em vulnerabilidade social, majoritariamente pessoas em situação de rua, na região da Lapa, no Rio de Janeiro). O segundo é o aproveitamento de alimentos, uma vez que todas as refeições servidas são feitas a partir da utilização de ingredientes excedentes que seriam descartados. O terceiro é o empoderamento de jovens, pois a equipe que trabalha na cozinha do Refettorio é formada, em sua maioria, por ex-alunos do Curso de Capacitação em Cozinha da Gastromotiva. Por último, o pilar de educação e saúde, que se dá a partir de palestras e workshops que acontecem no local e tornam o Refettorio um polo da gastronomia social.

Entendendo que a alimentação não é um ato solitário, mas sim uma atividade social, que envolve pessoas na produção, na distribuição, no preparo e no consumo do alimento, a organização trabalha com voluntários, que atuam servindo os convidados ao longo do jantar, e organizações parceiras, que trabalham com pessoas em vulnerabilidade social na Lapa.

Existem três grupos principais de voluntários: avulsos, corporativos e “grupos de eventos”. Os avulsos normalmente entram em contato com a organização a partir de reportagens, amigos ou redes sociais e inscrevem-se pelo site para participar do programa de voluntariado. Os corporativos são funcionários de alguma organização que vão para o

Refettorio a partir de um convite institucional. No caso dos grupos de eventos, há dois tipos: (1) os que vão gratuitamente - normalmente pessoas que podem ser, futuramente, parceiros da gastromotiva, ou aquelas que podem gerar alguma repercussão na mídia - e (2) os grupos de exclusividade - pessoas que querem ajudar de alguma forma e decidem colaborar oferecendo algo em troca da experiência de voluntariado.

Quando no Refettorio, os voluntários passam por três etapas. A primeira é a apresentação do projeto, para que eles conheçam um pouco mais da atuação da Gastromotiva, e das orientações gerais para servir o jantar. A segunda é o jantar em si, e a terceira é uma rodada de feedbacks, onde os voluntários se reúnem para jantar e falar sobre as percepções do processo de servir os convidados.

No período das olimpíadas, muitos lugares que ofereciam comida para população em situação de rua foram proibidos de realizar essa atividade, por trabalhar com demanda espontânea e gerar, conseqüentemente, aglomerados de pessoas e grandes filas. O poder público, com a intenção de “esvaziar” os espaços e afastar a população em vivência de rua do centro e das zonas onde iriam ocorrer as principais atividades olímpicas, proibiu as organizações de atuar nesse sentido.

Por esse motivo, a Gastromotiva optou por utilizar a rede de organizações que já trabalham com o público para fazer a “seleção” dos convidados. Foi feito um mapeamento de quais eram as organizações que estavam trabalhando com a população em situação de rua e uma agenda que contemplasse todas elas ao longo da semana. Cada organização criou seu critério de seleção dos convidados, mas o mais adotado é o critério de participação nas atividades da organização. Nesse sentido, além de evitar filas, o modelo serve para reforçar o trabalho que os parceiros realizam. Hoje, dentre os parceiros, estão as seguintes organizações religiosas, projetos sociais e organizações governamentais: Igreja Farol da Lapa, Aliança de Misericórdia, Coral Uma Só Voz, Casa Nem, Projeto Voar, Consultório de Rua e Centro POP.

4.2.2.2 Alimentação para população em situação de rua

Em termos de políticas públicas, não enxergamos no Rio de Janeiro quase nenhuma ação com foco na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada da população em vivência de rua, ou seja, desabrigada. O que percebemos foi uma

transferência inevitável de tal responsabilidade para os setores não governamentais, para a sociedade civil.

Na região da Lapa, pudemos identificar uma série de organizações não governamentais e projetos que oferecem alimento para essa parcela da população – que, por sua vez, denomina esses diferentes espaços de “bocas de rango”. Por conta disso, notamos nas falas das pessoas em situação de rua que entrevistamos, que a falta de comida não é vista por eles como um problema. Porém, é importante lembrar que alimentar a população vai muito além de apenas oferecer comida. Uma alimentação desbalanceada, sem direito a escolha e que provém de doação não pode ser caracterizada como alimentação adequada, e isso também aparece nas entrevistas:

“Faltar comida? Não. De forma nenhuma. O que mais o povo na rua faz é comer.” (Paulo Cesar, entrevistado em situação de rua)

“Fome ninguém passa na rua. Você pode é demorar um pouco mais para comer. Não vai comer na hora certa, tem que trocar seus horários. (...) O problema é quando a pessoa tá na rua e já esquece de comer.” (Antônio, entrevistado em situação de rua)

“Eu sou hipertenso, preciso de remédio e não consigo. Preciso de uma alimentação regular e não consigo. Às vezes passam 10h entre uma refeição e outra.” (Daniel, entrevistado em situação de rua)

Principalmente, notamos que a dimensão afetiva da alimentação – que compreende a relação com o outro e a manutenção das formas de sociabilidade que giram em torno do ato de comer – se perdem em meio às necessidades biológicas gritantes de quem vive na rua:

“Quanto tempo faz que algumas pessoas não comem numa mesa, sabe? Não comem uma comida decente, como um ser humano deve comer, né? Pelo menos uma comida melhor daria uma satisfação diante de todo o sofrimento do pessoal que tá na rua.” (Vera Lúcia, entrevistada em situação de rua)

Nesse sentido, notamos emergir nos jantares do Refettorio dois fatores que consideramos fundamentais na recuperação da dimensão afetiva: (1) o aspecto estético da alimentação, e (2) o aspecto relacional.

4.2.2.3 Dimensão afetiva e função social do alimento

Em relação ao aspecto estético, existe uma preocupação do Refettorio em oferecer não só um alimento saudável e adaptado ao público, mas que também seja apresentado em pratos elaborados, com uma riqueza de cores, ingredientes e sabores. Além disso, o uso de pratos, copos de vidro e talheres é um diferencial da organização. Segundo alguns entrevistados, o uso de garfos, facas e utensílios de vidro é proibido em outros projetos para garantir que não haja violência no momento da alimentação, dado que os instrumentos pontiagudos podem tornar-se “armas”.

Em relação ao aspecto relacional, que o fato das pessoas que estão ali se alimentando sentarem em uma mesa para comer, não carrega consigo só o caráter biológico de alimentar-se para sobreviver, mas também traz a tona a função social das refeições e a origem da palavra comensalidade - derivada do latim “mensa”, que significa conviver à mesa.

Ao longo dos dias observando o trabalho no Refettorio, foram observadas outras organizações que oferecem alimento a esse público. O nota-se que algumas das pessoas que jantavam no Refettorio, iam, no mesmo dia, jantar em outra organização do entorno. A hipótese levantada, então, foi a de que as pessoas iam ao Refettorio não necessariamente para saciar sua fome, mas sim por conta dos aspectos estético e relacional, citados anteriormente. Isso foi validado nas falas da articuladora social do Refettorio e das pessoas em situação de rua que entrevistamos, como apresentado a seguir:

“Nem é pela comida [que eles vêm para o Refettorio], até porque a gente não tem carne, e eles valorizam muito ter carne na comida. Tem vários grupos no centro que oferecem comida, eles não vêm pela fome. O que a gente percebe é que os outros projetos geralmente oferecem sopa, ou comida com muito sal, sem um nutricionista por trás, sem pensar como vai ser oferecido esteticamente. Aqui, eles se sentem de fato como num

restaurante e esse é o principal diferencial.” (Gisele Anselmo, articuladora social do Refettorio Gastromotiva)

“Se eu pudesse eu morava lá. Porque além da comida, te ensinam a reeducar a sua alimentação, ensina o que é bom e o que é ruim. [...] Você vê que ali tem igualdade, porque o mesmo que você come, todos estão comendo. (...) Eu me sinto bem, eu me sinto acalentada.” (Elicarla, entrevistada em situação de rua)

“Em relação aos que eu vejo por aí, acho que é um resgate não só o alimento né, com os pratos elaborados, mas é um resgate da dignidade, porque nem todas as pessoas de rua tem acesso a restaurantes. Quando não é barrado logo de cara porque tá sujo ou porque tá sem chinelo, não tem nem acesso a uma alimentação no nível da Gastromotiva. Eu acho excelente. (...) Eu acho que deveria ter mais projetos como esse espalhados por aí.” (Julio Cesar, entrevistado em situação de rua)

“A gastromotiva é bem legal (...) quando eu tava lá eu me sentia um pouco gente. Porque, na rua, muitas vezes eu me senti um rato.” (Vera Lúcia, entrevistada em situação de rua)

O trabalho do Refettorio, portanto, mais do que oferecer o alimento, é resgatar a subjetividade dos indivíduos em situação de rua. A organização entende que o que o indivíduo em situação de rua sente não é apenas fome (dor), mas sim um sofrimento que resulta do controle de suas emoções e esquecimento da dimensão afetiva. O alimento aqui, entra como um instrumento para saciar a “fome de dignidade” e reestabelecer relações sociais reprimidas.

5 CONCLUSÃO

Com base nesse estudo, inferimos que a incorporação da dimensão afetiva é extremamente relevante no processo de inclusão social de quem está em vivência de rua, na tentativa de impedir a reprodução das desigualdades. Porém, ela só é possível a partir da ação coletiva intersetorial.

Analizando as políticas higienistas e a atuação do Estado no que tange às políticas públicas de assistência social, nota-se que a dimensão fundamental do afeto é, hoje, deixada em segundo plano. Analisando as vivências singulares de quem mora nas ruas da região da Lapa, centro do Rio de Janeiro, percebe-se o impacto da violência estrutural e da fragilidade dos vínculos familiares no cotidiano. Da perspectiva das pessoas em situação de rua que pudemos entrevistar, a “dinâmica da rua”, a invisibilidade e o controle das emoções - mais do que a falta de moradia - é o que gera sofrimento. Portanto, a negligência da dimensão afetiva não pode ser mantida.

Em relação a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada das pessoas em situação de rua, hoje não existe nenhuma política pública no Rio de Janeiro. Nesse sentido, diversas organizações religiosas e da sociedade civil entram com um papel de oferecer alimento para esse público, mas isso não garante uma alimentação adequada. O trabalho do Refettorio, portanto, mais do que oferecer o alimento, é resgatar suas dimensões afetivas e relacionais, entendendo que ele não apenas pode saciar a fome, mas também reestabelecer relações sociais reprimidas.

Nesse contexto, notamos o surgimento ações de assistência social e organizações da sociedade civil que buscam se articular em rede e agir coletivamente, de forma a incorporar o afeto como categoria analítica em suas atividades, mas ainda existe um longo caminho para que isso seja alcançado, tornando-se necessário chamar a atenção de alguns órgãos públicos e do setor empresarial para essa questão.

REFERÊNCIAS

1. AQUINO, W. População de rua do Rio é superior à de cidadãos em 3,1 mil municípios. *Jornal O Dia*. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-01-13/populacao-de-rua-do-rio-e-superior-a-de-cidadaos-em-31-mil-municipios.html>>. Acesso em: 27 set. 2017.
2. AZEVEDO T. H. G. M.; SENS, N. M. B. População de rua: um estudo sobre a condição e os significados da vida na rua no município de Balneário Camboriú (SC). In: VALENCIO N. F. L. S.; CORDEIRO, A. A. (Org.) *Anais do Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas*. São Carlos-SP: UFSCar, 2008. Disponível em: <<http://www.senaposirua.ufscar.br/anais-do-seminario-1>>. Acessado em: 27 set. 2014
3. BBC BRASIL. Mp diz que rio 'tirou' 669 mendigos das ruas para copa apesar de proibição. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140628_rio_mendigo_wc2014_jp>. Acesso em: 22 ago. 2017.
4. BORGES, Jéssica Marina Diniz. O trabalho em rede como uma estratégia de enfrentamento a fenômenos sociais complexos: uma alternativa de atuação mediante a violência doméstica contra as mulheres. In: Marinho, Heloísa Helena; Siva, Marcelle Regina. *III Simpósio Mineiro de Assistentes sociais- CRESS*.
5. BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009.
6. BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2006 Primeiras análises: demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Brasília, DP, 2007
7. BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005
8. BRASIL Portaria MG/MDS No. 246 DE 20 DE Maio de 2005. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secrteria Nacional de Renda e Cidadania. 2005^a.
9. CARNEIRO, J. Crise, falência estatal e desemprego levam a explosão no número de moradores de rua no Rio. *BBC Brasil*. Disponível em:

- <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40281757?ocid=wsportuguese.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin>. Acesso em: 27 set. 2017.
10. CENTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO DE RUA EM SITUAÇÃO DE RUA. Relatório: Violações de direitos da população em situação de rua que antecedem a realização copa do mundo, 2014.
 11. COHN, Samuel. Race, gender and discrimination at work: 1. Texas: Foundations of Social Inquiry, 2000. 208 p.
 12. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
 13. DINIZ, Eli. Globalização, Reforma do Estado e a Teoria Democrática Contemporânea. Revista São Paulo Perspectiva. Vol. 15, n.4 - São Paulo, Oct./Dec. 2001.
 14. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948
 15. DONATO, Cristiano. Comunicação e ONGs: Ampliando as Políticas Públicas. In: DIDONÉ, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio de O. (Org.) Comunicação e Política: A Ação Conjunta das ONGs. São Paulo: Paulinas, 1995
 16. EBC AGÊNCIA BRASIL. Denúncias de violência a moradores de rua crescem 60% no rio, diz defensoria. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/denuncias-de-violencia-moradores-de-rua-crescem-60-no-rio-diz>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
 17. FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Entre o assistencialismo e a Emancipação: Uma análise da relação entre Estado e sociedade civil a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal. Departamento de Sociologia0 Universidade de Brasília. Brasília, 2010
 18. FOCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade- Aula de 17 de Março de 1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
 19. GASTROMOTIVA. Disponível em: <<http://www.gastromotiva.org>>. Acesso em: 27 set. 2017.

20. GONÇALVES, Antonio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social. Abrigos em movimento. 2010.p. 11-20.
21. INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos Fundap, n.22, 2001.p.102-110.
22. Jornal Online “A Nova Democracia”- Número 71. Acessado em 28 de Agosto de 2017. Disponível em: <www.anovademocracia.com.br>
23. KLAUMANN, Alexandre. Moradores de rua- Um enfoque histórico e socioassistencial da população de rua no Brasil: A Realidade do Centro POP de Rio do Sul. Rio do Sul, UNIEDU. 2014
24. MOREIRA, Sueli Aparecida. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. Cienc. Cult., São Paulo , v. 62, n. 4, p. 23-26, 2010
25. OLIVEIRA, Miguês Darcy de. Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
26. PESSOA, T. e GALDO, R. A noite, o chão e mais nada: um perfil da crescente população de rua do Rio. O Globo. Disponível em <<https://glo.bo/2rEJzMA>>. Acesso em: 27 set. 2017.
27. PRETECEILLE E & VALLADARES L. A Desigualdade entre os pobres- favela, favelas, pp. 459-489. In: Ricardo Henriques, 2000
28. SAWAIA, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicol. Soc., Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009.
29. SAWAIA, B. As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social, 14. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2017
30. SAWAIA, B. Fome de Felicidade e Liberdade. In: SAWAIA, B. et al. Muitos Lugares para Aprender. São Paulo. CENPEC / Fundação Itaú Social / Unicef , 2003. p. 53-64.
31. SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8 (1), 2008. Disponível em: <www.uepg.br/emancipacao>.

32. SOUZA, V. P. Notas para caracterização da população de rua: uma reflexão a partir da gênese da questão social. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 3, ed. 7, p. 101-129, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/500>>. Acesso em: 24 ago. 2014.
33. SILVA, D. Degregados Filhos de Eva: População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro. 2007. 210 f. Tese de doutoramento em Ciências Humanas: Sociologia - IUPERJ. Rio de Janeiro.
34. SILVA, J. M. F. Psicoses esquizofrênicas entre a população de rua. Revista Psiquiatria Clínica. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 14-19, 2002.
35. SILVA, S. População em situação de rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2013, vol.13, n.27, pp. 337-350. ISSN 1519-549X.
36. SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. Porto Alegre , v. 20, p. 70-77, 2008.
37. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. SUAS e a População de Rua Vol.1.
38. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório do II Encontro Nacional sobre a População e Situação de Rua. Brasília, 2009d.
39. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009e.
40. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. LOAS anotada. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009
41. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Cartilha de orientação: A tutela da população em situação de rua, 2014.

42. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *The Millennium Development Goals Report*. 2015. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017.
43. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Food Wastage Footprint: Impacts on Natural Resources*. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3347e/i3347e.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017.
44. PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]; São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível de SciELO Books: <www.books.scielo.org>
45. PELBART, P. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003
46. ROCHA, Sonia. Renda e Pobreza- Medidas per capita versus adulto-equivalente. Rio de Janeiro: IPEA. Nov 1998
47. RODRIGUES, Noeli. ONGs: A Sociedade Civil e o Papel do Estado. GT: “As Interfaces entre teorias democráticas, participação políticas e políticas públicas- UFPR. Paraná
48. VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Rev. bras. São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.
49. VERGARA, S. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 94p. ISBN: 85-224-3658-4
50. XV CONPEDI – CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. 2006, Manaus. GONÇALVES, Alcindo. A Legitimidade na Governança Global. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcindo_goncalves.pdf> Acesso em 17 de abril de 2012.

ANEXOS



Imagem 1: Preparação do jantar no Refettorio Gastromotiva



Imagem 2: Salão de jantar no Refettorio Gastromotiva



Imagem 3: Noite de trabalho voluntário no Refettorio Gastromotiva



Imagem 4: Apresentação do Coral Uma Só Voz no I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População em Situação de Rua



Imagem 5: Visita à Unidade de Reinserção Social